

Partido Africano da Independência de Cabo Verde

Comissão Preparatória da II Conferência do Sector do Fogo do PAICV

REFLEXÕES SOBRE OS 10 ANOS
DA INDEPENDENCIA NACIONAL

(1975 - 1985)

Documento nº 4

Junho/85

SUMÁRIO

	Págs.
§1. Introdução	1 e 2
§2. A criação e o funcionamento das instituições necessárias à edificação do Estado cabover- diano	3 a 6
§3. O desenvolvimento económico e social	7 a 13
§4. Os avanços na esfera política e ideológica..	14 e 15
§5. A inserção de Cabo Verde no plano interna- cional	15 a 17

§ 1.

Introdução

5 de Julho de 1975!

5 de Julho de 1985!

Dez anos são já decorridos sobre a data da nossa independência, sobre o dia em que, tomando o destino nas nossas mãos, empenhámo-nos na luta de toda a hora e momento para construir o progresso e a felicidade e mostrar ao mundo que, guiados pelo nosso Partido, seríamos capazes de enfrentar o futuro, arrancando o nossos país do marasmo e da degradação em que se encontrava na época colonial.

De olhos postos para a frente, mas considerando e reconsiderando cada passo dado, lançámo-nos na denodada luta da Reconstrução Nacional, fazendo morrer, ab-ovo as ideias negativas propaladas pela Reacção, nomeadamente a de que a nossa Independência seria da efémera duração de cerca de três meses.

A situação económica e financeira herdada da administração colonial portuguesa de facto poderia levar os incantos a fazer os mais nefandos prognósticos, talvez por não terem percebido a razão da luta, política e armada que o nosso Partido vinha desenvolvendo, quer no plano internacional, quer nos campos de duras batalhas, criando em todo o mundo uma auréola de honroso prestígio, dignificando-se e dignificando Cabo Verde.

Mas a competência e a firmeza dos nossos líderes dirigentes (partidários e estatais), apoiados entusiástica e decididamente pelas massas populares, fizeram com que silenciasses as trombetas dos nossos inimigos e entrássemos em uma nova fase da nossa vida, orientada no sentido da progressiva materialização do programa do Partido que retrata fielmente os sonhos e aspirações seculares do povo caboverdiano: a superação da fome, da miséria e do obscurantismo e a conquista do progresso e da justiça social.

Criadas as instituições e os órgãos necessários a tão grandioso plano num país que partia do nada, foram delineados, estudados, analisados e criticados os meios ou as vias para a realização progressiva do Programa do Partido.

Os ensinamentos e as experiências recolhidos de cada etapa foram constituindo esteios da nossa política interna e externa, elevando o grau de eficácia da luta titânica que travamos pelo desenvolvimento, para que não resultasse desvirtuadas as razões da nossa luta, nas suas multifacetadas fases.

Apesar das insuficiências existentes e da luta incommensurável que nos espera, alcançámos, nos últimos 10 anos, inúmeras e brilhantes vitórias que nos estimulam a balançar com maior confiança e determinação na etapa seguinte.

§ 2.

A criação e o funcionamento das instituições necessárias à edificação do Estado caboverdiano.

Como resultado da evolução interna da sociedade caboverdiana, que durante séculos viveu sob a dominação colonial, ergue-se, em 1956, o Partido RAIGC de Cabral cujo legado histórico, político e ideológico é assumido pelo PAIOV - que através de uma luta político-armada conquistou a Independência Nacional a 5 de Julho de 1975, passando Cabo Verde, a partir desta data a ser uma Nação livre e soberana, politicamente organizada e dirigida por leis próprias.

"A luta de libertação nacional tinha como objectivo imediato a conquista da independência, etapa necessária à construção do progresso e felicidade do nosso povo, a qual criou as condições indispensáveis à concretização dos objectivos mais amplos e mais distantes: a edificação da nova sociedade caboverdiana, onde impera a justiça social, a vontade colectiva das massas populares seja realizada, as suas necessidades sejam satisfeitas, os seus interesses defendidos e as injustiças e desigualdades para sempre liquidadas" (x).

Para a realização de tais objectivos, o Partido orientou a criação de um regime político, cujas instituições fundamentais - para além do próprio Partido, núcleo central dirigente do regime - são o Estado e as organizações de Massas e outras organizações sociais.

As referidas instituições, tendo como guia o Partido, representam a forma organizada de exercício do poder tendo em vista a edificação da nova sociedade.

Em seguida vamos expender algumas considerações críticas sobre o funcionamento dessas instituições.

(x) In Tese "O Estado" aprovado pelo II Congresso, página 5.

O PAICV - Força Política e Dirigente da Sociedade e do Estado - é a primeira e principal instituição do poder político em Cabo Verde e, como lhe compete, vem dirigindo a sociedade e o Estado caboverdianos quer através da definição das linhas de orientação geral nos diversos sectores de actividades económica, social, cultural, de defesa e segurança, a serem materializadas essencialmente pelo Estado, e da definição das etapas e vias para a sua materialização, quer através da acção de controle da forma como o Estado vem materializando essas linhas de orientação.

O Partido surge, assim, na sociedade caboverdiana como principal garante da materialização das aspirações populares, sendo o manifesto do prestígio que goza no seio das largas massas populares.

Sendo indubitável o papel globalmente exercido pelo Partido na direcção da sociedade e do Estado caboverdianos, a verdade é que o grau do desempenho dessa função dirigente assume graus diferentes consoante os níveis.

Assim, nos escalões intermédios e de base (sobretudo de base) tem havido maior dificuldade no exercício da função dirigente das estruturas partidárias em relação às correspondentes estruturas estatais por motivos que vão desde o facto de a esses níveis o Partido se impor perante o Estado sobretudo pela persuasão e convencimento à existência de limitações de ordem política, ideológica e cultural no seio do Partido e resistências no seio do aparelho do Estado.

De natureza popular, totalmente comprometido com os superiores interesses das massas trabalhadoras e empenhado na realização do bem estar colectivo, o Estado de Cabo Verde é, com efeito, um instrumento privilegiado do povo na realização das suas justas aspirações ao progresso, liberdade e justiça, formuladas pelo Partido.

A fim de cumprir cabalmente o seu papel de instrumento do Partido e do povo, o Estado vem-se dotando de órgãos com competências bem definidas e de meios necessários à construção progressiva da nova sociedade.

Assim, instituíram-se, como órgãos do poder de Estado, a Assembleia Nacional Popular, o Presidente da República, o Governo, os Tribunais e os órgãos do poder local.

A ANP, constituída pelos representantes legítimos do povo - os deputados - eleitos directamente pelo mesmo povo, é a maior tribuna de participação popular na direcção do País.

Seguindo as linhas de orientação política, económica, social, cultural e de defesa e segurança, definidas pelo Partido, a ANP vem deliberando sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado caboverdiano. Na sua actividade legislativa, esse órgão máximo do poder de Estado tem interpretado correctamente as aspirações populares, traduzindo-as em leis por que se têm pautado os demais órgãos do poder de Estado. A observância das leis da República pelos diversos órgãos do poder faz de Cabo Verde um Estado de

direito, respeitador da legalidade instituída.

No âmbito legislativo é de se destacar a aprovação de importantes medidas legislativas, designadamente:

1. A Constituição da República que, reflectindo a ideologia do PAICV, estabelece, nomeadamente, a natureza, os fundamentos e objectivos do Estado, os direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais dos cidadãos e o papel dos diferentes órgãos do poder do Estado.

O conteúdo da nossa Constituição faz dela uma das mais progressistas do mundo inteiro e as garantias dadas aos cidadãos fazem de Cabo Verde um Estado respeitador dos "Direitos Universais do Homem".

2. Os programas do Governo, o Plano Nacional de Desenvolvimento e os Orçamentos Gerais (anuais) do Estado que visam orientar a acção do Estado a médio e a curto prazos em consonância com as linhas gerais de orientação do Partido e com os superiores interesses da Nação.

3. A Lei das Bases da Reforma Agrária que vem criar o quadro legal em que deve processar-se a modificação das relações de produção no campo e a modernização da agricultura, tendo em vista a satisfação dos interesses legítimos das camadas mais desfavorecidas no meio campesino.

São de salientar também as actividades da ANP respeitantes a:

- a)- auscultação permanente das aspirações populares através da vivência e dos contactos dos deputados com o eleitorado e da discussão popular de leis que dizem respeito aos aspectos fundamentais da vida das massas (exemplo: Constituição, Lei de Reforma Agrária), o que tem permitido à ANP estar permanentemente informada sobre os principais problemas que afectam as massas populares e tomar decisões que reflectam realmente o consenso geral, aprofundando, desse modo, a democracia nacional revolucionária e reforçando a unidade nacional;
- b)- orientação e fiscalização da política do Governo, órgão executivo e administrativo supremo do Estado de Cabo Verde.

Com o aperfeiçoamento da orgânica dos seus serviços e a melhoria do funcionamento das comissões especializadas, a ANP vem exercendo, com eficácia crescente, as suas atribuições definidas na Constituição da República, demonstrando estar à altura de desempenhar a missão que o povo lhe confiou e afirmando-se como porta voz fiel da vontade popular livremente expressa.

O Presidente da República - o mais alto Magistrado da Nação, eleito pelos representantes legítimos do povo (a ANP) - apresenta-se, na sociedade caboverdiana, como incontestável leader, simbolizando a unidade da nação caboverdiana em torno do projecto de construção da nova sociedade.

O Governo de Cabo Verde, como órgão executivo e administrativo supremo do Estado, tem conseguido organizar e dirigir a execução das actividades políticas, económicas, culturais, científicas, sociais, de defesa e segurança desse mesmo Estado, por forma a satisfazer, dentro dos condicionamentos existentes, as necessidades básicas de toda a população caboverdiana.

Agindo de forma programada e seguindo as linhas de acção definidas pela ANP, o Governo tem gerido os recursos humanos e materiais de que dispõe o aparelho administrativo, procurando rentabilizá-los ao máximo.

Introduzindo uma melhoria significativa na coordenação interministerial, reorganizando e racionalizando o funcionamento dos serviços da administração central, o Governo conseguiu corrigir e adequar a estrutura administrativa do País aos objectivos de regime político caboverdiano, o que permitiu a necessária eficácia da acção administrativa na solução dos graves problemas que o País vem enfrentando.

A eficácia da acção governativa está bem patente nos êxitos retumbantes alcançados no decurso dos 10 anos de Independência e que são referidos mais adiante, em especial ao falarmos do desenvolvimento económico e social.

A Participação Popular no exercício e no controle do poder, a defesa e o reforço da unidade nacional, a promoção da justiça popular, a descentralização do poder, são, de entre outras, as linhas mestras que tem orientado a instituição do novo poder em Cabo Verde. Assim a participação popular nos vários sectores de actividade da nação mais do que simples princípio teórico e formalidade constitucional, é garantida na prática como exigência da Democracia Nacional Revolucionária.

Para além da participação na direcção do País através da ANP, as massas participam de forma organizada no processo da reconstrução nacional e na resolução dos seus problemas específicos, através da sua integração noutros órgãos e organismos de poder - os Tribunais, os órgãos de poder local (Conselho Deliberativo e Comissões de Moradores) e os organismos de poder integrados no aparelho da administração ou do Governo (Milícias Populares, Comissões de Assuntos Sociais) - e nas Organizações de Massas e Sociais (JAAC-CV, OMCV, Sindicatos, Cooperativas, Associações Camponesas etc).

Resumindo, ao se dotar, após a Independência, de instituições que garantem a expressão e a materialização gradual da sua vontade (o Partido, o Estado, as Organizações Sociais), o Povo de Cabo Verde assumiu-se como legítimo dono do seu destino.

Um regime do povo, pelo povo e ao serviço do povo, tendo como instituição-mãe o Partido - eis a grande conquista da Independência, aquela que tem garantido e garantirá a realização de outras e sucessivas conquistas na senda do progresso e bem-estar material e espiritual das massas.

§ 3.

O desenvolvimento económico e social

No decurso da 1ª década da Independência, o regime caboverdiano tem seguido uma política de desenvolvimento económico e social baseada nas seguintes linhas de orientação:

- a)- travar o processo de degradação do nosso meio físico e social;
- b)- dar segurança e estabilizar as populações;
- c)- iniciar a criação das bases materiais para o desenvolvimento acelerado do país.

Estas linhas de orientação têm sido seguidas com sucesso, graças a uma adequada política interna, conjugada com uma política externa correcta, dinâmica e séria que tornou possível obter da Comunidade internacional uma ajuda importante para o financiamento de grande parte dos investimentos, canalizados para os diferentes sectores: desenvolvimento rural, indústria e energia, pescas, transportes e comunicações, obras públicas, saúde e assuntos sociais, educação e cultura, etc.

Nesta 1ª década da Independência - graças, sobretudo, às transferências do exterior e, em parte menor, às actividades económicas internas (especialmente as ligadas ao aeroporto do Sal) - verificou-se um crescimento excepcional dos recursos disponíveis, da ordem de 8% ao ano em termos reais, entre 1975/76 e 1983/84.

O crescimento dos fluxos financeiros e económicos registados tornou possível:

- a elevação do nível de vida geral da grande maioria da população, em especial nos planos da nutrição (em que se venceu o espectro da morte pela fome) e da saúde;
- uma certa diferenciação social confirmada pelo modo de vida de certas camadas sociais e revelada ainda pelos investimentos pessoais ou privados.

A ajuda alimentar obtida permitiu que fizesse uma certa redistribuição interna dos rendimentos a favor das camadas menos favorecidas (através da criação de empregos de alta intensidade de mão de obra e do subvencionamento ou estabilização dos produtos de 1ª necessidade.

Entretanto, tem sido e continua sendo preocupação do Governo:

- a)- dinamizar o processo de desenvolvimento sem deixar que se criem muitas desigualdades e, em particular, evitar que a diferenciação social atrás referida não se traduza no empobrecimento das camadas menos favorecidas;
- b)- melhorar a produtividade nas frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (AIMO), ^{criando} projectos realmente produtivos ou que contribuam para

a preparação do futuro.

Como sabemos, um dos aspectos primordiais da política económica e social do Governo de Cabo Verde tem sido a procura incessante de solução para o problema de desemprego.

A reconversão do sistema de apoio tornou possível a criação de milhares de postos de trabalho que, além de contribuírem para a construção de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento e para a conservação do património fundiário, possibilitaram a resolução do problema de sobrevivência para grande parte da população. São assim empregues actualmente cerca de 30.000 pessoas em obras de alta intensidade de mão-de-obra.

Uma outra componente da política nacional visando a elevação do nível de satisfação das necessidades essenciais da sociedade é o sistema de segurança social que, na fase de consolidação e desenvolvimento, tem beneficiado consideravelmente a população, seja no âmbito dos seguros (em particular dos seguros obrigatórios que vieram responder aos graves problemas sociais que os trabalhadores e a população enfrentavam quando eram vítimas de acidentes de trabalho e de viação por falta de seguro e de legislação adequada), seja no âmbito de previdência social que assegura aos trabalhadores e seus familiares cobertos pela Previdência meios de subsistência nas situações de perda ou diminuição da capacidade de trabalho bem como a compensação de encargos familiares. A Previdência Social irá cobrindo progressivamente todos os trabalhadores à medida em que as condições o permitirem.

Entretanto, para além da Previdência Social têm funcionado em todo o País serviços de assistência social (a cargo do MSAS) que atendem às necessidades das camadas vulneráveis da população.

Um indicador dos avanços conseguidos no plano da satisfação das necessidades básicas da população é dado pela importante melhoria registada na situação alimentar da população.

Com efeito, se em 1973 o consumo per capita dos géneros alimentícios básicos (milho e feijões) era de 165Kg, já em 1982, tal consumo se elevou para 213Kg por pessoa. Por outro lado, e reportando-nos sempre ao mesmo período, duplicou o consumo de trigo e do arroz (o consumo do arroz foi aliás mais do que o dobro) e o de milho elevou-se de 30.000 para 40.000 toneladas (esclarece-se que parte do milho é utilizada como ração para o gado).

A melhoria da situação nutricional e outros avanços nos domínios da assistência médica, do abastecimento de água, etc contribuíram para sensíveis melhorias dos indicadores mais importantes do nível de vida como sejam a elevação da esperança de vida (de 46 anos em 1975 para 66,1 anos actualmente), a diminuição da mortalidade infantil (de 108,6 por mil em 1975 para 60 por mil em 1983), da mortalidade específica e da mortalidade materna (nula, actualmente, no Fogo).

Para além dos grandes êxitos obtidos, globalmente, no plano da saúde (graças à elevação sem precedentes do número e da qualidade dos trabalhadores de saúde, à criação de infraestruturas e, de um modo geral, à correcta definição e aplicação da política nacional de saúde) - e que são patentes nos indicadores atrás referidos - destacamos a atenção que vem sendo dada à família, à maternidade e à infância, não só no plano da legislação (Constituição, Código de Família, Código de Menores, etc) como no que concerne à criação de instituições de apoio (PMI/PF, Instituto de Menores, Instituto Caboverdiano de Solidariedade, Cruz Vermelha...), o que acaba por garantir à família e às mães e crianças de Cabo Verde uma protecção incomparavelmente superior à vigente na época colonial e uma das mais avançadas da África.

Nos domínios considerados chave da economia, implantaram-se, na 1.ª década da Independência, algumas dezenas de empresas públicas cuja contribuição para o rendimento nacional e para a melhoria da situação do emprego foi positiva. Assim, em 1983, 30% do Produto Interno Bruto era proveniente das empresas públicas, as quais garantiram, ainda, no mesmo ano 22% dos empregos permanentes.

Para além das empresas públicas - onde se ensaiam e se desenvolvem novas relações de produção que estimulam a participação dos trabalhadores na gestão e no desenvolvimento da produção - a criação de dezenas de Cooperativas possibilitou a participação popular na resolução de problemas específicos, no espírito de "djunta mon", entretanto elevado a um nível superior.

Através do Sector público e do sector cooperativo, relações sociais de novo tipo são assim introduzidas, contribuindo para a democratização da sociedade e a formação do homem novo.

Entretanto, falando de empresas, constatamos que algumas delas, como a TRANSCOR e a SCAPA, não têm avançado tanto quanto seria desejável, pelo que se torna recomendável a sua reestruturação.

Face à nossa situação de dependência em relação ao exterior, tem sido preocupação do Estado reduzir, progressivamente, essa dependência, incrementando, desenvolvendo a produção nacional.

Assim, continuando embora os investimentos nacionais a serem financiados, fundamentalmente, por recursos externos, a relação produção nacional/ consumo evoluiu positivamente nos últimos 10 anos. Se em 1976, a produção nacional de bens e serviços só cobria 76% do consumo nacional (afora os investimentos, claro), já actualmente ela cobre totalmente as necessidades nacionais de consumo.

De ressaltar a contribuição do sector industrial que - inexistente à data da Independência - conta actualmente com várias unidades industriais (das quais é a CABNAVE - estaleiros navais de Cabo Verde - a mais importante), havendo perspectivas de desenvolvimento do sector por forma a ocupar o seu lugar de motor da economia nacional.

No domínio dos transportes, de grande importância para a unificação do espaço nacional e para a circulação de pessoas e bens no plano interno e externo, o nosso país conheceu importantes realizações, ressaltando-se, entre outras:

- a criação de uma frota de ligação entre as ilhas e de importação de bens alimentares e outros do exterior;
- a criação ou o melhoramento de infraestruturas portuárias, rodoviárias e aeroportuárias;
- a criação de empresas ligadas ao sector dos transportes: TACV, TRANS-COR, Companhia de Navegação "ARCA VERDE", Agência Nacional de Viagens, ENAPOR, ASA (Empresa do Aeroporto Internacional do Sal);
- a criação da Escola Náutica de S. Vicente.

No âmbito das Telecomunicações, melhoraram grandemente as nossas comunicações internacionais, registando-se igualmente algumas melhorias no tocante às comunicações internas, apesar do obsoletismo de grande parte das infraestruturas existentes (equipamentos, redes).

No sector das pescas - um dos poucos que podem ser desenvolvidos na base de recursos nacionais - importantes realizações tiveram lugar, tendo em vista o aumento da produção e, conseqüentemente, o aumento dos rendimentos, a melhoria do regime alimentar das populações e o incremento das exportações.

No entanto, apesar de avanços registados no sentido da reorganização do sector e da melhoria das técnicas e das infraestruturas de pesca, esta enfrenta dificuldades que a impedem de ocupar um lugar de maior destaque na economia nacional, pelo que deverá ser objecto de atenção especial.

A promoção de iniciativas de formação de pescadores e de quadros para o sector; a introdução de técnicas de pesca mais apropriadas; a dinamização da participação popular no desenvolvimento da pesca; a melhoria da qualidade de intervenção da SCAPA; a resolução de problemas de comercialização e o crédito à actividade pesqueira são, entre outras, as medidas que se impõem.

Os chamados sectores de apoio - como a energia e a construção e obras públicas - têm vindo a merecer particular cuidado, em virtude do papel que lhes cabe na criação de condições para a promoção e o aceleração do ritmo do desenvolvimento.

O aumento da capacidade das Centrais Eléctricas; a tomada de medidas visando o regular abastecimento de combustíveis (em particular com a criação da ENACOL) e os passos dados no sentido do aproveitamento das energias renováveis; o incremento das construções habitacionais e das obras públicas (escolas; instalações hospitalares, sanitárias, administrativas, recreativas e industriais; infraestruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias; saneamento urbano, etc) e o papel que vem sendo desempenhado nesse sentido pela ENEC, a Cooperativa de Construção Civil, a HAC e o Instituto de Fomento Ha-

bitacional - tais são os aspectos mais significativos do desenvolvimento registado nos sectores de apoio.

Atendendo à fraqueza do aparelho produtivo nacional e a outras limitações - nomeadamente a carência de infraestruturas e o problema de abastecimento de água - o Turismo tem registado um desenvolvimento moderado, embora a situação seja de longe mais avançada que em Julho de 1975.

Com efeito, as unidades hoteleiras e outros serviços complementares criados após a Independência têm possibilidade o atendimento às necessidades de recepção de delegações estrangeiras, grupos de turistas, emigrantes que visitam o País e outros nacionais em deslocações inter-ilhas.

Reunindo o nosso país condições naturais favoráveis ao desenvolvimento do turismo, há que maximizar o seu impacto positivo na economia nacional, pelo que se torna necessário criar as infraestruturas hoteleiras e outros serviços complementares e promover a formação de pessoal qualificado.

A planificação do nosso desenvolvimento foi um dos segredos dos avanços registados nos últimos 10 anos.

Primeiro através dos programas anuais de investimento e, mais tarde, do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, tem sido possível inserir os investimentos públicos em projectos que pudessem contribuir validamente para o desenvolvimento do País.

Por outro lado, tal planificação - traduzindo-se numa perspectivação de desenvolvimento coerente - tem possibilidade o maior êxito possível nas negociações com os nossos parceiros de desenvolvimento, salvaguardando os imperativos da soberania nacional e da Independência de pensamento e acção. Tal planificação tem-se revelado uma condição indispensável para a utilização nacional e eficiente das ajudas obtidas da Cooperação bilateral e multilateral.

Entretanto, torna-se necessário criar as condições para a efectiva participação popular no processo do planeamento, como condição importante para uma boa mobilização das massas populares para a nova etapa do desenvolvimento.

Ao participarem na definição ou escolha dos objectivos (projectos), as massas sentir-se-ão mais directamente responsáveis pela realização efectiva dos mesmos objectivos.

Ora, a participação consciente e activa das massas na realização dos projectos é condição indispensável para a superação de certo espírito de apoio ou de absentismo ainda existente em muitos trabalhadores que vêem no Estado o único responsável pelo desenvolvimento do País.

Mas participando na concepção e na execução, a população deverá tomar parte na gestão e no controle de execução dos projectos, assumindo-se assim como "autores" e "donos" das iniciativas de desenvolvimento.

Se a situação de crise internacional nos leva a contar com uma provável diminuição das ajudas, temos que, por um lado, aprender a viver com menos a-

judas e com taxas de crescimento mais baixas e, por outro lado, devemos optimizar a utilização das potencialidades nacionais, priorizando o nosso deseenvolvimento endógeno, o que deve passar pelo melhor aproveitamento das po>tencialidades internas, seja no âmbito dos sectores público, cooperativo e de produção popular, seja no âmbito do sector privado.

O incremento da participação popular, seja ao nível das empresas (jor>nadas de produtividade e de poupança...), seja através das cooperativas e de outras iniciativas de produção popular, seja no sector privado, deverá merecer cada vez maior atenção.

O apoio a iniciativas viáveis de participação popular, sob as formas de financiamentos não reembolsáveis, de crédito, da assistência técnica na concepção e realização de projectos, de apoio na resolução do problema de co>mercialização, etc, constitui uma necessidade.

No plano do ensino e da formação de quadros, os avanços são grandes. Não se pode mesmo estabelecer comparação com a situação vigente na época colonial! Elaboração de novos programas e manuais de ensino mais consentâneos com a realidade nacional e o projecto de edificação da nova sociedade; aumen>to considerável do número de professores, a diversos níveis do ensino formal, dos quais muitos foram formados após a independência; a criação de Jardins Infantis; avanços no sentido do aperfeiçoamento do Ensino Primário e genera>lização progressiva do Ensino Básico Complementar; criação de vários cursos para a formação de quadros (curso de formação de professores, de níveis médio e superior; cursos de formação de magistrados; cursos de enfermagem; cursos de formação e aperfeiçoamento de quadros administrativos, etc, etc); forma>ção de numerosos quadros no exterior, de níveis médio e superior, nas várias especialidades; construção de numerosos estabelecimentos de ensino; dinamiza>ção da alfabetização de adultos - tais são alguns dos avanços conseguidos.

No entanto, o ensino secundário torna-se de difícil generalização e o ensino primário - de mais fácil acesso - não consegue dar resposta à "sede do saber" nem corresponder aos anseios de melhorar a situação socio-profiss>ional e preparar para a vida activa.

Além disso, o rendimento obtido a esse nível - assim como nos outros níveis do ensino formal, especialmente no ensino básico complementar - continua sendo extremamente baixo.

A capacitação de professores em exercício e a formação de novos docentes; a estabilização do corpo docente graças à melhoria da sua situação profissional - são medidas que se impõem.

Tendo em conta a sua importância na formação do homem novo, dotado de elevadas qualidades morais, como o espírito de equipa, de disciplina, de resis>tência e de solidariedade, o desporto e a cultura física têm vindo a ser ob>jecto de atenção, seja da parte do Estado e das Organizações de Massas, seja

das próprias organizações desportivas.

No âmbito do desporto, progressos significativos foram registados no sentido da criação de infraestruturas gimno-desportivas, da massificação da cultura física e da prática desportiva, do alargamento das modalidades, da formação ou superação de quadros e técnicos do desporto, da organização dos desportistas e da elevação do nível do nosso desporto, mas a verdade é que há muito mais por se fazer ainda nas mesmas direcções e noutras (em particular no que concerne à legislação desportiva), a fim de se atingir o ideal.

Sendo a cultura elemento fundamental de definição da identidade de um povo e residindo nela a "capacidade de elaboração e da fecundação do gérmen que garante a continuidade da história e, simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade"^(*), ela tem merecido a devida atenção, em especial nos últimos anos, destacando-se avanços importantes, seja no âmbito da promoção das manifestações culturais tradicionais, seja no tocante aos estudos sobre a língua caboverdiana, à criação literária, musical e artística, à preservação do património cultural e à criação de infraestruturas.

Torna-se necessário, porém, que, sem prejuízo das demais prioridades nacionais, se invista mais no plano da cultura, seja no aspecto material, seja nos aspectos políticos, organizativos e formativos, tendo em vista o reforço da identidade nacional, a participação criadora das massas na vida cultural e o seu acesso aos benefícios da cultura.

(*) In "Resolução sobre a Cultura" - II Congresso do PAICV.

Os avanços na esfera política e ideológica

Quando avaliamos os resultados alcançados na 1ª década da Independência, não só devemos atender aos avanços registados ao nível do bem-estar material do povo mas também às aquisições político-ideológicas que se consubstanciam na cultura espiritual da sociedade, isto é, no sistema de valores essenciais que constituem o estilo de vida do povo.

A importância dos factores político-ideológicos - que acabam por influenciar a criação de novos valores e normas de conduta quotidiana - é tão evidente quanto é certo que esses factores condicionam, em grande medida, o curso do desenvolvimento económico e social (embora o contrário seja também verdadeiro, isto é, os factores socio-económicos influenciam os ideológicos, numa constante interacção dialéctica).

Ora, se os factores político-ideológicos - ao influir no modo como vive, pensa, sente e reage o povo - são de grande importância para o curso do desenvolvimento geral do País, favorecendo-o ou prejudicando-o, compreende-se quanta atenção têm vindo o Partido e o Estado a dispensar ao trabalho de educação político-ideológica das massas, procurando forjar mentalidades e atitudes novas, em consonância com as exigências da construção da nova sociedade, de progresso, liberdade, paz e justiça social.

Feitas estas despreziosas considerações, importa avaliar em que medida o povo caboverdiano avançou na esfera político-ideológica, assumindo os valores político-ideológicos e as atitudes exigidos pelo carácter da luta que travamos com vista à construção da nova sociedade.

Preferindo uma abordagem sucinta, eis os avanços que reputamos mais significativos na esfera política e ideológica:

- a) a confiança no Partido é um dado de importância capital que reflecte a identificação existente entre as aspirações populares e os ideais do Partido e as provas já dadas por este na direcção da sociedade. Apresentando-se como garante do presente e do futuro da nossa luta pelo progresso, o Partido suscita a adesão e o apoio da esmagadora maioria do povo que, desse modo, participa activa e organizadamente na realização do Programa do Partido, síntese das mais profundas e genuínas aspirações das massas;
- b) a assunção crescente dos valores da moral revolucionária, que reflecte os superiores interesses do povo trabalhador da nossa terra, constitui um indicador de peso dos avanços no plano político-ideológico. Assim, cada vez são melhor convertidos em convicções e normas de conduta valores como:

- o amor ao País e à cultura nacional, o orgulho nacional;
 - o espírito de sacrifício, o amor ao trabalho e ao progresso;
 - o espírito colectivo, de ajuda mútua, de unidade nacional e de solidariedade para com os povos e as causas justas;
 - o amor à liberdade e à paz;
 - espírito de justiça e a intransigência face a exploração do homem pelo homem, o oportunismo e todos os factores de aviltamento da consciência do homem;
- c) o optimismo social, que traduz a alegria de viver e a confiança no futuro, graças aos avanços alcançados na Reconstrução Nacional e à certeza de se seguir o caminho certo;
- d) a elevação das qualidades e dos sentimentos e estéticos do povo, em virtude da promoção de valores elevados (na literatura, música, arte, etc);
- e) a elevação do grau de politização da sociedade, revelada por uma consciência clara dos direitos e deveres dos cidadãos, pelo elevado grau de compreensão dos problemas nacionais e das vias para os resolver;
- f) o grau relativamente elevado de participação popular, que traduz a assunção pelas massas do seu papel de sujeito e beneficiário do progresso local e nacional;
- g) a consciência da liberdade que é cada vez mais profunda, reflectindo-se, nomeadamente, nas diferentes formas pelas quais^{se} manifesta a condição de povo livre (integração no Partido e nas instituições de participação popular; a melhoria progressiva da intervenção das massas populares na discussão e na solução dos problemas que os affectam; a superação do "medo" e dos complexos de inferioridade em relação às "elites", etc);
- h) o desenvolvimento da consciência nacional e a superação gradual dos limites estreitos do localismo e do individualismo, dentro do princípio de que a "salvação é colectiva".

§5.

A inserção de Cabo Verde no plano internacional

Grças à correcção da política interna e externa seguida pelo Estado de Cabo Verde sob a sábia orientação do Partido, ao valoroso trabalho de construção do progresso nacional a que se aplicou denodadamente o povo cabo

nosso país é motivo de orgulho de todos os seus filhos. E não só, como adiante veremos.

Membro activo da ONU, da OUA, do Movimento dos Não-Alinhados e de outras organizações internacionais, regionais e sub-regionais, Cabo Verde estabelece ainda relações com numerosos países na base dos princípios de independência de pensamento e de acção, de igualdade entre os Estados, reciprocidade de vantagens e coexistência pacífica.

O nosso Estado tem, assim, atribuído uma importância particular à actividade diplomática, tendo em vista um relacionamento internacional favorável, o estabelecimento de uma cooperação cada vez mais eficiente e diversificada em benefício do País e ainda a defesa dos interesses da comunidade caboverdiana radicada no exterior.

No plano externo, Cabo Verde - apesar de territorialmente pequeno e economicamente débil - conseguiu impôr-se como nação prestigiada e admirada, cuja voz é hoje em dia ouvida no mundo com respeito e consideração.

Esse capital de prestígio grangeado por Cabo Verde deve-se aos factores referidos no início deste ítem e a vários outros, destacando-se os que a seguir indicamos:

1. Em primeiro lugar, são conhecidas, por esse mundo fora, as qualidades de seriedade, dedicação e competência dos dirigentes nacionais, assim como a sua profunda identificação com o seu povo, o que garante a boa qualidade da governação e o exercício do poder em benefício do povo;

2. O Governo de Cabo Verde tem sabido utilizar correcta e criadoramente as ajudas recebidas, aplicando-as no lançamento das bases para o desenvolvimento do país.

3. O Governo e o povo caboverdianos não se têm demitido das suas responsabilidades, aplicando-se activamente na luta pelo progresso nacional, utilizando as ajudas para mais tarde se libertarem delas e não deixando que a Cooperação internacional substitua o esforço nacional de desenvolvimento.

4. Os grandes acontecimentos nacionais (como, por exemplo, os Congressos do Partido, a Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento, o Simposium Internacional "Amílcar Cabral", as Cimeiras do CILSS e do Grupo dos Cinco, etc) tiveram impacto positivo na cena internacional, contribuindo para realçar o prestígio de Cabo Verde.

5. Apesar da situação dramática herdada do colonialismo e à profunda dependência do exterior (mesmo no aspecto alimentar), o nosso Estado tem privilegiado as medidas estruturais de médio e longo prazos, em detrimento de medidas de ^{pura} urgência, procurando, deste modo, planificar e investir para preparar

o futuro, resolvendo embora, simultaneamente, as dificuldades do presente.

6. A contribuição de Cabo Verde para a resolução de grandes problemas da actualidade internacional, em especial no 3º Mundo e no nosso continente, tem sido enaltecida no mundo, sendo de se destacar: o facto de Cabo Verde haver sido escolhido para falar em nome dos 21 Países Menos Avançados do III Mundo, na Conferência de Paris, e dos Países do CILSS, em Itália; o papel desempenhado pelo nosso País e, designadamente, pelo nosso Presidente, Camarada Aristides Pereira, na procura de uma solução justa e negociada pa
ra o problema da África Austral; a mediação no conflito fronteiriço entre o Senegal e a Guiné-Bissau; a intensa actividade diplomática desenvolvida com vista à viabilização da 19ª Cimeira da OUA, etc.

7. A política de paz e de não-alinhamento - expressão dos sentimentos profundos do povo caboverdiano, conhecido pela sua morabeza e pela sua capa
cidade de relacionamento com outros povos - faz de Cabo Verde uma terra de fraternidade e de paz, cujo solo jamais servirá de base militar, de trampo
lim para conflitos bélicos, o que transmite confiança ao mundo.

Como indicadores do prestígio internacional de Cabo Verde, citamos ainda:

- a eleição recente do nosso país para órgãos especializados da ONU (Conselho da Administração do PNUD) e Comité das Políticas e Progra
mas da Ajuda Alimentar da ONU);
- as condecorações e homenagens recebidas pelo nosso Presidente no ex
terior;
- as grandes e calorosas recepções (por vezes reservadas a poucos) com que têm sido acolhidas as delegações nacionais em visita a ou
tros países;
- o volume da ajuda internacional até agora obtida.

Tendo em conta o tempo relativamente curto da nossa convivência, enquanto nação soberana e independente, com outros estados e povos, consideramos que o prestígio internacional obtido por Cabo Verde constitui uma das maiores vitórias da Independência. Importa, no entanto, preservar e conso
lidar a imagem de Cabo Verde no plano externo, o que é de fundamental impor
tância para o sucesso da nossa política externa.

—————"
Camaradas!

Sem a pretensão de havermos esgotado a reflexão, cremos ter dado uma ideia geral dos aspectos mais marcantes da evolução do nosso País nos últi
mos Dez Anos.

Não há dúvida que o que conseguimos na década que ora finda constitui motivo de orgulho de todo o patriota caboverdiano. Mas também razão mais que suficiente para o nosso povo se sentir motivado a participar ainda com maior zelo e dinamismo na Luta para a construção de um Cabo Verde cada vez mais próspero.

1. Lema da II Conferência do Sector do Fogo do PAICV:

"Consolidar a UNIDADE Partido-Povo,
cultivar a RESPONSABILIDADE,
para garantir a EFICÁCIA da Luta".

2. Objectivos da II Conferência do Sector:

- a) analisar a acção desenvolvida pelo Partido nos últimos dois anos e tomar medidas visando a consolidação das estruturas e a elevação do nível de exercício da função dirigente a todos os níveis;
- b) aprofundar a reflexão sobre os 10 anos de Independência;
- c) aprovar medidas que contribuam para o reforço e o alargamento da participação popular na vida nacional e no desenvolvimento local;
- d) adoptar providências tendo em vista a elevação do nível de aplicação, no Sector do Fogo, das directivas do II Congresso;
- e) renovar o Comité de Sector.